

TCE-GO - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

07/05/2026

Sumário

1. TCE-GO lança pesquisa sobre qualidade da educação pública estadual em Goiás 3
2. Congresso promulga PEC que proíbe extinção do TCM-GO - Jornal Opção 4
3. Devolução da Alego ocorre após aumentos em repasse 5

A REDAÇÃO - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
6 de Maio de 2026 às 20:30

TCE-GO lança pesquisa sobre qualidade da educação pública estadual em Goiás

Visualizar notícia

A Redação

Goiânia – O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) apresentou nesta terça-feira (6/5) o projeto ‘Escuta nas Escolas’ a 80 supervisores da rede estadual de ensino público. A iniciativa vai disponibilizar questionários anônimos para a escuta de estudantes, professores, pais e responsáveis dos dias 11 a 15 de maio.

A apresentação ocorreu em encontro remoto conduzido pela diretora Pedagógica da Secretaria de Estado da Educação (Seduc), Alessandra Oliveira de Almeida, e pelo secretário adjunto da pasta, Gustavo de Morais Veiga Jardim.

O objetivo do encontro foi deliberar com os participantes a melhor forma de garantir o máximo de adesão dos públicos-alvo. A secretária de Controle Externo do TCE-GO, Ana Paula Rocha, explicou que o projeto não tem a finalidade de punir ou responsabilizar gestores, mas sim identificar fragilidades e boas práticas em ensino e estrutura para obter um diagnóstico que vai orientar a atuação tanto do gestor quanto do controlador.

Ana Paula acrescentou que a imagem dos tribunais de contas costuma ser associada apenas à verificação de regularidade, mas que, hoje, o controle atua com mais afinco na indução de melhorias, em articulação com os entes envolvidos nas políticas públicas.

Ela agradeceu a Seduc pelo empenho em viabilizar o projeto, idealizado pelo conselheiro Kennedy Trindade, e afirmou se tratar de uma ação de vanguarda no controle externo.

JORNAL OPÇÃO - ONLINE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
6 de Maio de 2026 às 16:31

Congresso promulga PEC que proíbe extinção do TCM-GO - Jornal Opção

Visualizar notícia

O Congresso Nacional promulgou, na última terça-feira, 5, a Emenda Constitucional nº 139, batizada de PEC da Essencialidade. A alteração constitucional reconhece os tribunais de contas dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios como órgãos permanentes e essenciais ao controle externo da administração pública e, na prática, proíbe a extinção desse tipo de órgão e a instalação de novos.

Em Goiás, a PEC da Essencialidade foi comemorada pelos conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás, o TCM-GO. “Esta conquista representa uma inestimável vitória não apenas para as instituições, mas para a sociedade brasileira, simbolizando um avanço estrutural na valorização e na garantia da boa governança”, declarou o presidente Joaquim de Castro, em um artigo divulgado nos canais oficiais do Tribunal.

Por diversas vezes, a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego) ameaçou e ensaiou tentativas de extinguir o TCM. Em uma das últimas tentativas, ocorrida em 2021, uma PEC que determinação a extinção do órgão, de autoria do então deputado Henrique Arantes, chegou a tramitar, mas foi rejeitada no Plenário.

A proposta era embasada no argumento de que a estrutura do TCM onerava demasiadamente os cofres públicos do Estado e que o trabalho de fiscalização realizado pelo poderia ser desenvolvido pelo Tribunal de Contas do Estado, o TCE.

No ano passado, a possibilidade de acabar com o Tribunal voltou a circular. Um dos maiores entusiastas da ideia, o presidente da Alego, Bruno Peixoto (UB), subiu o tom e chegou a dizer que, se a proposta fosse apresentada, não haveria recuo: “Trabalharemos diuturnamente para aprovar a extinção do TCM”, cravou.

Conforme apurado pelo Jornal Opção na época, o texto da PEC foi formulado e a coleta de assinaturas teria ocorrido. Parlamentares negaram, na ocasião, e afirmaram “não saber de nada”. A tentativa foi lida por muitos como uma forma de pressão, uma vez que a Alego pleiteava duas vagas no TCM para seus próprios deputados.

Uma delas seria a do presidente do órgão, Joaquim de Castro, que deve se aposentar somente em 2028. Um dos cotados para ocupar a vaga era o ex-vice-governador de Goiás e atual deputado estadual Lincoln Tejota. A outra vaga, essa que ficou no centro da fervura das articulações, era a do conselheiro Valcenôr Braz.

As negociações girariam em torno da saída de Braz e entrada do deputado Talles Barreto, atual líder do governo Caiado na Alego.

O POPULAR - GO • impresso • tce-go
6 de Maio de 2026 às 00:00

Devolução da Alego ocorre após aumentos em repasse

Visualizar notícia

Assembleia devolve parte do duodécimo após alta de repasses

MATEMÁTICA Restituição de quase R$ 550 milhões ao Poder Executivo ocorre após acúmulo de recursos repassados pelo governo estadual à Casa, a partir da regularização das transferências. Despesas com pessoal, que tiveram aumento nos últimos anos, não entram na conta P4

Fábio Lima



Presidente da Alego, Bruno Peixoto, entrega cheque simbólico ao governador Daniel Vilela, ao lado de deputados. Acordo é para utilização do dinheiro em obras de rodovias estaduais

Devolução da Alego ocorre após aumentos em repasse

PODERES Retorno de R$ 550 milhões do duodécimo ao Executivo é realizado depois de quatro anos de altas e de regularização na transferência; despesas correntes e com a folha da Casa também cresceram

Rubens Salomão
rubens.salomao@opopular.com.br

A devolução de quase R$ 550 milhões da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) ao Poder Executivo, nesta terça-feira (05), ocorreu após acúmulo de recursos repassados pelo próprio governo estadual à Casa, por meio do duodécimo constitucional. A conta entre receitas e despesas no Legislativo passou a registrar seguidos superávits a partir de 2022, com a regularização das transferências legais, sem as dificuldades vivenciadas na crise financeira de 2019 e na pandemia de covid-19 em 2020 e 2021.

Para além do discurso de economia e austeridade adotado nos dois biênios da gestão do deputado estadual Bruno Peixoto (UB), a ampliação da "poupança" da Alego foi viabilizada pelo pagamento integral do repasse, definido pela Constituição Estadual, e pela exclusão de todos os gastos com pessoal da contabilização de contas bancadas com o duodécimo. De acordo com o Portal da Transparência e as informações repassadas pela diretoria financeira da Casa, os repasses somaram R$ 837,9 milhões desde 2021 e o superávit totalizou R$ 565 milhões, no mesmo período.

O duodécimo corresponde ao repasse mensal obrigatório realizado pelo Executivo aos demais Poderes e órgãos autônomos, equivalente a 1/12 do orçamento anual do Estado. Além da decisão pelo repasse integral, efetivada pelo ex-governador Ronaldo Caiado (PSD) ainda no primeiro ano de gestão, a evolução das verbas contou com impacto positivo do crescimento da receita estadual.

A Constituição Federal estabelece a devolução automática de qualquer sobra ao fim de cada ano, mas, como antecipado pelo POPULAR, Ministério Público Estadual (MP-GO), Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO), Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-GO) e Defensoria Pública de Goiás (DPE-GO), além da Alego, acumularam R$ 735 milhões de valores não gastos, desde a regularização dos pagamentos até o fim de 2025.

A retenção pelos poderes motivou, em janeiro, ainda na gestão Caiado, a determinação para bloqueio de repasses mensais do duodécimo em 2026, em estratégia para forçar os órgãos a aplicar o valor não utilizado na manutenção e investimentos. O bloqueio de recursos da Alego totalizou R$ 88,4 milhões, de janeiro a abril, mas o montante foi incluído na contabilização dos recursos devolvidos ao Tesouro Estadual nesta terça.

> *"Nós trabalhamos e conseguimos a redução das despesas. E esse volume foi durante os anos da nossa gestão para hoje efetuar a devolução"*
>
> **Bruno Peixoto (UB), presidente da Alego**

Restituição acumulada

Tesouro estadual recebe recursos não utilizados pela Alego nos últimos quatro anos

DUODÉCIMO DEVOLVIDO

Nova devolução de 2026:
R$ 403.259.881,00

Devolução em 2023:
R$ 36.000.000,00

Despesas com origem no Executivo:
R$ 21.975.294,20

Valores bloqueados pelo Executivo:
R$ 88.494.824,80

TOTAL
R$ 549.730.000,00

DUODÉCIMO RECEBIDO

2021	**R$ 96.000.000,00**	Superávit: R$ 0,00
2022	**R$ 133.400.999,69**	Superávit: R$ 36.000.000,00
2023	**R$ 152.977.000,00**	Superávit: R$ 91.305.052,58
2024	**R$ 225.924.999,96**	Superávit: R$ 193.728.612,84
2025	**R$ 229.684.000,00**	Superávit: R$ 280.218.591,26

TOTAL
R$ 837.986.999,65

Valores repassados pelo Executivo por **duodécimo** são destinados a custos de manutenção e investimentos da Alego, como despesas por compras, água, energia e prestação de serviços de limpeza, entre outros, e não envolvem a folha de pessoal.

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS TOTAIS DA ALEGO

Ano	Gasto líquido com pessoal	Despesas correntes e custeio	Investimentos
2018	R$ 295.876.720,69	R$ 18.646.000,00	R$ 45.164.000,00
2019	R$ 359.381.230,58	R$ 51.147.000,00	R$ 72.256.000,00
2020	R$ 359.557.780,56	R$ 62.010.000,00	R$ 34.010.000,00
2021	R$ 370.239.626,08	R$ 48.490.000,00	R$ 51.510.000,00
2022	R$ 420.259.766,60	R$ 111.847.000,00	R$ 74.554.000,00
2023	R$ 486.534.377,05	R$ 118.438.000,00	R$ 97.977.000,00
2024	R$ 553.655.722,49	R$ 209.425.000,00	R$ 96.500.000,00
2025	R$ 597.360.424,49	R$ 218.011.000,00	R$ 86.103.800,00

Ao mesmo tempo em que as transferências regulares geraram aumento de receita, a Alego registrou intenso crescimento de despesas, principalmente com pessoal, que são bancadas diretamente pelo Executivo, sem afetar o duodécimo. O valor total líquido da folha saiu de R$ 420,2 milhões em 2022, último ano antes da gestão atual, e passou para R$ 597,3 milhões no fechamento do ano passado.

As despesas correntes, que incluem contas de custeio bancadas pelo repasse constitucional, também registraram crescimento ao longo do mesmo período, partindo de R$ 111,8 milhões até alcançar R$ 218 milhões em 2025 e previsão de R$ 285 milhões neste ano. Os valores, no entanto, não têm impacto direto nos gastos com o duodécimo da Casa, já que benefícios extras aos servidores e o custo do auxílio alimentação, pago a todos os efetivos e comissionados, contabilizados nesse item, são arcados diretamente pelo governo estadual.

NA CONTA

Na prática, os recursos repassados pelo Executivo servem apenas para bancar custos de manutenção, contratos de prestação de serviços e investimentos, como mobiliário e sistemas de tecnologia da informação, por exemplo. Durante o anúncio, Peixoto retomou a defesa por economia nesta fatia dos recursos e citou impactos positivos com a compra da frota própria de veículos e encerramento de outros contratos de locação para serviços da Casa, além de redução na aquisição de papel, entre outras medidas.

"Com o corte de despesas, com todo um trabalho da nossa diretoria de economia da Assembleia Legislativa, nós trabalhamos e conseguimos a redução das despesas. E esse volume foi durante os anos da nossa gestão para hoje efetuar a devolução", disse o presidente.

A intenção dos deputados estaduais é de que os recursos devolvidos sejam aplicados em obras de duplicação de rodovias, com investimentos nas primeiras etapas das rodovias que ligam Goiânia a Nova Veneza, Goiânia a Orizona e Bela Vista de Goiás a Catalão. O governador Daniel Vilela (MDB) confirmou que os recursos devolvidos são repassados diretamente ao fluxo de caixa do tesouro estadual, sem possibilidade de carimbar a destinação. A destinação, portanto, depende da "palavra" dada no evento.

"Isso será devolvido para o Tesouro, que tem um fluxo diário de investimento, de custeio, de manutenção. Então, naturalmente, a gente tem que fazer um compromisso aqui de palavra, de homem sério, de pessoas que têm compromisso com a boa execução dos recursos públicos. Não há nenhuma desconfiança. Tenho certeza que os deputados também sentem da mesma forma e acompanham a evolução desses projetos, principalmente aqueles que têm uma relação política mais próxima ainda com esses municípios", apontou Daniel.

O governador ainda minimizou os bloqueios de duodécimo realizados pelo Executivo nos primeiros quatro meses do ano, justamente pela não devolução anterior das sobras. "Não houve nenhum represamento. O que houve foi um entendimento, através de uma recomendação do Tribunal de Contas do Estado, para que pudesse equalizar a transferência do recurso do Estado para os demais poderes. A partir dali, como a Assembleia tinha esse saldo, foi debitado, através da orientação do TCE. Mas você vê que o Bruno, espertamente, já botou na conta que foram R$ 88 milhões já utilizados", afirmou.

Depois dos bloqueios, o presidente da Alego espera realizar nova devolução, ainda em 2026 e antes das eleições, no valor de R$ 150 milhões, a partir dos repasses que voltarão a ser realizados pelo Executivo. Segundo o deputado, no entanto, o recurso "já está no caixa".